



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

CIÊNCIA E CIVILIZAÇÃO DESVENDAM O SERTÃO: NATUREZA E CULTURA NAS NARRATIVAS DE VIAGEM DE FRANCISCO FREIRE ALEMÃO (1859 – 1861)

Francisca Hisllya Bandeira Cavalcante*

1

No decorrer do século XIX, mais especificamente na sua segunda metade, uma viagem exploratória foi executada no Brasil tendo em vista os pressupostos de reconhecimento e subordinação do meio natural ao controle do homem. O Norte brasileiro, primordialmente o Ceará, à época uma das províncias do Império, foi escolhido como palco central dessa viagem científica, que transportou para essas terras homens dedicados aos estudos em História Natural e que usaram a escrita como um espaço privilegiado para registrar as experiências obtidas no contato com a natureza e o povo cearense.

A Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte ou Comissão Científica do Império, ou ainda Imperial Comissão Científica de Exploração ou apenas Comissão Científica de Exploração, Comissão do Ceará ou até mesmo Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora¹, são títulos diferentes para uma mesma experiência: uma viagem naturalista empreendida por cientistas brasileiros ao interior

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) / bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

¹ Para fins de simplificação será referenciada nesse texto, a partir de agora, apenas como Comissão Científica ou simplesmente Comissão.

das províncias mais distantes da corte imperial na segunda metade do século XIX. A instauração dessa expedição esteve diretamente aliada às vivências políticas, científicas e culturais do Império brasileiro, em vias de construção e legitimação.

O século XIX vai ser marcado no Brasil como o momento de sua afirmação enquanto uma nação soberana e independente. Após o processo de Independência o Brasil deixava a condição de colônia e passaria a se constituir enquanto um Império, um Estado-Nação que seguiria a partir de então com suas próprias pernas rumo à civilização e ao progresso. Delinear um perfil para o novo país transformara-se numa questão crucial. Pensar a nacionalidade significava lançar as bases políticas, históricas, culturais, naturais e sociais sobre as quais se ergueria a nação, para tanto, era necessário que fossem bases fortes, consolidando um estado nacional dotado de uma identidade própria, autônoma e singular diante das outras nações do mundo de então.

A legitimação da nação brasileira seria forjada através da instituição de um passado glorioso e de uma História nacional total, valiosa que agregasse todas as regiões do Império e, para tanto, de acordo com Guimarães², tornava-se necessário para os intelectuais e políticos da época conhecer o Brasil em sua totalidade; desbravar sua natureza, cultura e história, conquistar o interior desconhecido e alargar as fronteiras habitadas e exploradas do país, além de esclarecer e educar a sociedade e criar nela um sentimento de amor à pátria e, assim, afirmar a unidade nacional. É nesse momento, que cientistas, literatos, historiadores, políticos e intelectuais brasileiros irão dedicar esforços para a elaboração da identidade brasileira, para a afirmação cultural e para a construção da totalidade nacional.

Em meados do século XIX os homens de ciência no Brasil compunham uma comunidade científica em vias de consolidação. Um largo esforço era feito para inventariar as riquezas do Brasil por meio da ciência, especialmente as ciências naturais.³ A natureza tropical do país era compreendida como objeto por excelência para os estudos dos cientistas pátrios.

² GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, RJ nº 1, 1988.

³ Ciência Natural e/ou História Natural no século XIX abrange todo o universo, sendo seu objeto tão extenso quanto a natureza – os astros, o ar, animais, vegetais e minerais, em sua superfície e

Certos de que apenas os brasileiros poderiam e saberiam desvendar a natureza e o passado do Brasil, os cientistas passaram a defender a efetivação de meios que possibilitassem uma série de estudos, os quais tornariam acessíveis os lugares mais distantes da corte imperial, desbravando os espaços desconhecidos, colocando-os sob maior controle da sociedade nacional, esquadrinhando, assim, todo território e suas gentes, que já eram, desde o final do século XVIII, o paraíso dos naturalistas estrangeiros. “Apagar as legendas de desconhecido dos mapas do Brasil e da natureza brasileira, delimitar fronteiras, integrar o país à civilização, passaram a se constituir em consígnias nacionais e científicas.”⁴ Diante dessa realidade, a construção da nacionalidade brasileira não se daria sem o respaldo de pesquisas científicas, afinal, situar e conhecer todo o território do país, assim como seus habitantes, era objetivo das ciências naturais ao mesmo tempo que era objetivo da política imperial.

Foi no cerne do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição responsável por pensar e delinear um perfil identitário para o Brasil e que tinha como papel primordial “retirar a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de Luz e Ordem.”⁵, que se elaborou um dos projetos mais audaciosos na tentativa de desfazer as barreiras internas fortalecidas pela pouca integração entre as províncias. Em sua seção Ordinária de 30 de maio de 1856, contando com a presença do Imperador D. Pedro II, o naturalista Manuel Ferreira Lagos lançou uma proposta que, diante das circunstâncias nas quais se encontravam os estudos científicos no Brasil, agradava os personagens que compunham o quadro científico nacional. Em seu discurso, destacou:

Propomos que o IHGB se dirija ao governo imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos e de tudo quanto possa

profundidade. Entre os animais estavam incluídos os homens, dos quais o comportamento e a língua eram características a serem classificadas e comparadas.

⁴ LOPES, Maria Margareth. **O local musealizado em nacional** – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.82.

⁵ GUIMARÃES, 1988, op. cit., p.15.

servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas.⁶

Lagos tornava pública a intenção de se estudar o Brasil a partir das suas áreas menos conhecidas, consideradas também como as menos produtivas e mais agressivas para o Império. Entretanto, quais seriam os ganhos para os naturalistas nacionais e para o governo imperial se acatassem essa sugestão de Lagos? Ele mesmo ensaia uma justificção: formar para o Museu Nacional uma coleção de produtos que facilitassem e engrandecessem os estudos científicos no país e, de forma ainda discreta, ressalta a preocupação em saber como estava organizada a indústria nas regiões distantes da corte. Enquanto naturalista Lagos deveria preocupar-se muito mais com os ganhos para a ciência, mas tinha compreensão que um empreendimento desse tipo necessitava apresentar ganhos materiais para o governo imperial, afinal, somente garantindo ganhos para o governo do Império os cofres do mesmo ficariam a disposição de tal Comissão.

Continuando a exposição de suas ideias, lagos ressalta que:

Tudo seria do mais alto interesse nessa exploração; conhecimentos positivos da Topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctones, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida. O governo imperial ficaria melhor habilitado para conhecer as urgências do interior e decretar a abertura de novas vias de comunicação, que aumentariam as relações comerciais e, por consequência, a renda nacional (...).⁷

O discurso do naturalista evidencia o intuito de conhecer o Brasil para melhor dominar as possíveis potencialidades ainda não exploradas. Eliminando as diferenças, encurtando as distâncias seria possível conhecer que riquezas o país tinha a oferecer para aumentar, como ele mesmo fala, a renda nacional. Essa explanação agradou o Imperador, que prontamente se disponibilizou a apoiar a expedição ao Norte brasileiro, portanto, na mesma seção em que foi lançada, a proposta foi aprovada pelos sócios membros do IHGB.

⁶ Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12.

⁷ Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.114 – Suplemento.

UMA EXPEDIÇÃO VERDADEIRAMENTE NACIONAL

Os preparativos para a viagem contavam com as facilidades governamentais. Gonçalves Dias e Gabaglia cuidavam da aquisição dos instrumentos e da literatura científica na Europa, enquanto Lagos e Capanema na corte se encarregavam de comprar o que fosse necessário para o transporte da Comissão.

Enquanto ficavam prontos os preparativos, a Comissão foi dividida em cinco Seções, cada uma sob a responsabilidade de um cientista. As Seções criadas e seus respectivos chefes foram as seguintes: *Botânica* para a qual foi encarregado Francisco Freire Alemão; *Geológica e Mineralógica* que ficou a cargo de Guilherme Schüch Capanema; *Zoológica*, assumida pelo porta-voz da proposta de formação da Comissão - Manoel Ferreira Lagos; *Astronômica e Geográfica* para a qual foi nomeado chefe Raja Gabaglia e *Etnográfica e Narrativa de Viagem*, tendo sido designado para ela Antônio Gonçalves Dias - o já reconhecido poeta indianista. As Seções foram agrupadas em torno de um presidente, cargo para o qual foi nomeado Francisco Freire Alemão.

Em fevereiro de 1859 os integrantes da Comissão desembarcaram no Ceará. Seis meses após a chegada a Fortaleza, na segunda quinzena de agosto de 1859, a Comissão iniciou sua viagem pelo interior cearense. Em menos de um ano de viagem pelo Ceará os problemas apareceriam. Diante das adversidades, foram refeitos os roteiros iniciais da viagem e os trabalhos da Comissão se sustentariam por mais um ano. Em abril de 1861 reunir-se-iam novamente em Fortaleza os chefes de Seção e diagnosticaram que a Científica deixara de estar em condições de trabalho, decidiram pedir para serem chamados de volta à Corte. No dia 13 de julho de 1861, embarcaram rumo à capital do Império.⁸

A existência da Comissão rendeu para o Museu do Rio de Janeiro mais de 14.000 amostras de plantas, a coleção estimada em 17.000 exemplares, entre insetos, répteis, peixes e aves, e para lá foram encaminhados os instrumentos e materiais para uso na preparação de produtos, assim como os livros e uma série de estampas de zoologia, etnologia e mineralogia. Além do Museu Nacional, o IHGB recebeu muito do

⁸ DIAS, A. Gonçalves. **Proêmio; Parte Histórica**. In: *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862.

material conseguido pelos naturalistas no Ceará, como documentos e extratos de notícias acerca da História e Geografia do Ceará, coletados por Gonçalves Dias, Lagos e Freire Alemão.

Dentre os cientistas que participaram da Comissão Científica de Exploração um, em particular, destacava-se pela experiência e pelo respeito adquirido perante a comunidade científica nacional. Tratava-se do Botânico e Médico Francisco Freire Alemão de Cysneiros, chefe da Seção Botânica e Presidente da Comissão. A escolha de Freire Alemão para esses cargos representava um reconhecimento do governo imperial e da comunidade científica como um todo, representada pelo IHGB, ao largo e eficiente trabalho desenvolvido por ele na área das ciências no Brasil. À frente da Seção Botânica Alemão desenvolveu um extenso trabalho. Escrevia diariamente – ofícios, relatórios, notas, informações e um diário, estudava, coletava e catalogava plantas, fazendo observações botânicas e sociológicas.

O Diário de Viagem era o espaço onde registrava seus comentários, narrativas, observações e impressões relativas ao clima, relevo, hábitos alimentares, festas, topônimos, condições econômicas, disputas políticas, traçado urbano, aspectos da arquitetura, problemas internos da Comissão entre outros, sem a preocupação de escrever para um público especializado, eram seus escritos particulares, portanto podia redigir seus mais íntimos e inconfessáveis pensamentos e ideias. Ele anotou passo a passo sua viagem pelo Ceará, atentando para os mais variados aspectos da vida no sertão. Descreve o ambiente dos saraus, a graça e desenvoltura das moças, a presença cotidiana dos escravos, as conversas nas calçadas, o desembaraço das crianças, a sonoridade da fala popular, os préstimos dos anfitriões, os serviços prestados nos povoados e vilas, descrevendo com riqueza de detalhes as singularidades do viver cearense na segunda metade do século XIX. Estudamos o Diário de Freire Alemão na perspectiva de problematizar, questionar as impressões do cientista frente ao sertão e ao sertanejo cearense, historicizando as observações, os comentários, as narrativas da viagem, relatos, principais assuntos, as relações com outros personagens ligados à Comissão, entre outros aspectos, destacando também a importância do Diário no trabalho do Naturalista viajante.

AS NARRATIVAS DA VIAGEM AO CEARÁ NO DIÁRIO DE FREIRE ALEMÃO

O cotidiano de Freire Alemão no Ceará era determinado por seus objetivos científicos. Não havia dia que não fizesse algum tipo de investigação. Durante seu tempo livre, principalmente à noite, depois das conversas com a população, anotava no Diário sua rotina, bem como suas impressões sobre o local, a população, as informações colhidas, entre outras. Além disso, preparava as plantas coletadas e cuidava da correspondência oficial para o governo, tarefa que o cargo de presidente da Comissão exigia que ele executasse. Por tudo se interessava. Anotava tudo. Nas suas indagações valia-se tanto da população mais abastada, quanto da gente do povo. As riquezas de detalhes presentes em suas anotações comprovam o seu metodismo e o compromisso que assumia na condição de homem de ciência, como também demonstram como ele era observador e analista da sociedade que o cercava.

A intensa mobilidade da Seção Botânica é evidenciada no Diário. Sua dinâmica pelo interior do Ceará desenrola-se folha após folha. Suas páginas dão conta das inúmeras movimentações ocorridas no transcurso dos povoados e vilas. No Diário também estão algumas transcrições de documentos históricos encontrados nas localidades, principalmente dos livros das câmaras. Transcreve documentos com os quais entrava em contato e que julgava importantes para a História do Ceará e para a narrativa da viagem, como jornais, revistas, livros e documentos oficiais. Procurava os documentos escritos para que pudessem servir de contrapeso num meio sociocultural preponderantemente iletrado e alicerçado na tradição oral. Por vezes, procurava comparar dados coletados nos arquivos com o depoimento de alguma testemunha ocular do acontecimento que investigava.

Diante da presença dos cearenses, Alemão demonstra um sentimento de estranheza. Ele percebia muitas diferenças com relação à sociedade do Rio de Janeiro, marcada pela grande presença de negros e alguns brancos. Em suas observações sobre a gente do Ceará escreve:

Ainda não vi nesta gente urna mulher, nem um homem demasiadamente gordos. São todos mui inteligentes, desembaraçados, e falam bem (...) e com termos e frases, às vezes pitorescas; a sua pronuncia é antes descansada que apressada, correndo em umas e

descansando em outras sílabas. Os homens são em geral imprevidentes, indolentes, e pouco amigos do trabalho; pelo contrário as mulheres estão sempre ocupadas (enquanto eles se balançam nas redes) fazem obras mui mimosas de rendas, de crivos, e de tecidos, etc. As mulheres são mui prolíficas (o que também acontece a respeito dos brancos).⁹

Suas impressões aparentam construir uma imagem naturalizada das classes populares. Como lembra Jacques Revel “a cultura das elites molda permanentemente a cultura popular ao que lhe convém.”¹⁰ Freire Alemão segue uma tradição já estabelecida na Europa, nas Américas e na Literatura de viagem, de considerar o homem como produto do meio - sua religião, linguagem, artefatos, festas, entre outros seriam como que produtos do solo e da paisagem.

Em seus escritos Alemão destaca-se de seus companheiros da Comissão em um aspecto: ao falar das secas e dos invernos no Ceará. Enquanto os outros cientistas buscavam informações sobre as secas, Alemão procurava saber das cheias, dos tempos invernosos. Para o presidente da Comissão, as memórias das quadras invernosas eram mais freqüentes nas conversas com os sertanejos, apesar dos desgastes e flagelos que as secas causavam, as cheias dos rios e até mesmo os prejuízos causados pela abundância das águas eram mais relatados pelo povo. Em seu Relatório define resumidamente o que era o inverno no Ceará:

O verdadeiro inverno, ou mais propriamente a estação das chuvas, começa em fins de janeiro ou princípios de fevereiro, sua força é de março a abril e acaba em junho. Ele consiste em grossos chuviros, quase diários, às vezes repetidos, mas deixando sempre parte do dia livre para o trabalho: raro é o dia ou noite de chuva constante no Ceará.¹¹

E acrescenta, “Ao concurso destas circunstancias e à composição e configuração de seu solo deve a Província a sua fertilidade e a bela vegetação que a cobre, ainda que não com igualdade por toda ela.”¹² ‘Terra fértil e de bela vegetação’,

⁹ ALEMÃO. Francisco Freire. **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba**. apud DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.210-211.

¹⁰ REVEL, Jacques. **Duas variações acerca do popular**. In: A invenção da sociedade. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 1990, p.47.

¹¹ ALEMÃO, 1862, op. cit., p.313.

¹² Idem, Ibid.

esse reconhecimento de Alemão é intrigante, afinal contradiz o ideário de seca e miséria presente na imagem histórica que se tinha do Ceará de então, mas entendemos que Alemão, além de descrever o que via, tinha todos os cuidados de apresentar uma realidade natural e cultural do Ceará com elogios e exaltações que justificassem a inserção dos elementos naturais, culturais e sociais da província na história valiosa, imponente, nobre e singular que estava sendo elaborada para o Brasil.

Quando chegou ao Ceará, em janeiro de 1859, iniciava-se na Província a quadra invernososa, um dos motivos que impediram de imediato a viagem dos cientistas, ocasionando a permanência da Comissão por quase seis meses em Fortaleza, Segundo Gonçalves Dias,

As pessoas práticas do sertão, os vaqueanos como se diz na província, aconselhavam que se diferisse a jornada para mais tarde, (...) porque de maio em diante nos anos regulares é o tempo mais próprio de ali se empreenderem viagens demoradas pelo sertão.¹³

Quase dois anos após a chegada ao Ceará Alemão constata que o conselho que receberam de alguns cearenses em 1859 era mais que oportuno, viajando pelos arredores da vila de Canindé escreve em seu Diário:

Dizem os Cearenses q` é um prazer viajar no sertão pelo inverno; e eu acho q` é um verdadeiro inferno = são lamas, atoleiros, riachos e rios cheios = chuvas, trovoadas, moscas, mutucas, meruanhas mariposas, e não sei q`. mais = [...] Ate de agoas se fica mais mal servido = o unico bem q` lhe vejo; é a verdura dos campos, e o leite. Se no verão as casas são porcas, no inverno porquissimas.¹⁴

Esses relatos nos colocam diante de algumas questões. Se por um lado o período das chuvas era motivo de alegrias e prazeres para o cearense, não deixava de ser também momento causador de infortúnios. Evidenciamos nas palavras do cientista como a relação que o próprio povo do sertão estabelecia com a natureza era conflituosa, experimentada de múltiplas maneiras, as vivências muitas vezes amoldavam-se ao ritmo

¹³ DIAS, A. Gonçalves. **Proêmio**. In: Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, op. cit., p.254.

¹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: 24 de agosto de 1860 a 24 de julho de 1861 – volta do Rio de Janeiro para o Ceará até o retorno definitivo ao Rio de Janeiro. Parte transcrita do original – 176pp, folha 188, p.92. Essa parte do Diário de Freire Alemão ainda não se encontra publicada e não passou por nenhuma edição, resolvemos referenciá-la sem nenhuma revisão da escrita.

da natureza. Para uns, o inverno dificultava as viagens, para outros, como diz Alemão, era um prazer viajar no sertão pelo inverno.

Essas palavras do botânico enunciam mais duas coisas: a qualidade das águas das quais era servido e a falta de asseio que enxergava pelas fazendas do sertão. Falar da água quando se está fazendo estudos científicos sobre os aspectos naturais do Ceará era mais que uma obrigação, era uma necessidade, afinal, esse era o bem mais precioso nessa terra, que sustentava as atividades agrícolas e pecuárias, ou seja, a economia da província. Portanto, nossos cientistas não se esquivaram de falar sobre a importância da água, da conservação e melhoramento de seus reservatórios naturais, das características dos rios e lagos, buscando meios para superar os problemas causados por sua escassez periódica. Mas para além desses interesses naturais e econômicos, os científicos não deixaram de anotar o aspecto da água que lhes era oferecida por onde passavam. O Diário de Alemão é recheado de comentários acerca da qualidade da água que ele tinha que consumir, muitos foram os infortúnios, inclusive físicos (intestinais), que as águas barrentas, leitosas e turvas lhes causaram.

Quanto às secas, apesar de mais timidamente e menos freqüente, Alemão lança também algumas conjecturas. Conforme suas análises,

Esta província, pela benignidade de seu clima, pela uberdade maravilhosa de seu solo, angustiado pela temperatura e umidade quase constantes, se não fôsse sujeita a êsse flagelo das sêcas, seria uma das mais preciosas do Brasil. É tradição que nos tempos antigos as sêcas não eram tão freqüentes e tão devastadoras. É portanto digno de ser averiguado. Em outros tempos havia menos povoação, havia proporção mais de pastos, em relação a criação, e por isso o mal não se fazia sentir com tanta fôrça. É conjectura minha. Também os invernos invariavelmente longos e abundantes são prejudiciais.¹⁵

Alemão não responsabiliza o fenômeno natural das secas pelo atraso da província (e ele deixa claro que acredita nessa noção de atraso de que o Ceará era (é) portador), mas a falta de providências humanas práticas para diminuir o impacto que a falta das chuvas causavam. Mesmo com algumas ressalvas, talvez por não ser sua especialidade e responsabilidade, ele ensaia dicas de meios que possam atenuar o problema. Segundo sua visão,

¹⁵ DAMASECNO e CUNHA, op. cit., p.254.

Para remediar até certo ponto os efeitos da seca, era necessário fazer reservas tanto de águas (por meio de açudes) como de forragem, secando a erva e guardando-a em paióis, e em proporção conveniente, e como também de sementes alimentícias, como milho, arroz, feijão, e também farinha preparada, a não ser se poderem conservar os mandiocais. Tantos capitais que se aniquilam com uma seca bastavam talvez para preparar meios e os modos de se fazerem tais reservas.¹⁶

Outro aspecto natural que mereceu muita atenção da Comissão Exploradora foi a vegetação do Ceará. Os estudos da vegetação do país eram essenciais para que o inventário das riquezas nacionais fosse feito e colocado a disposição do engrandecimento da nação. A tarefa de classificação da flora brasileira era uma preocupação de longa data, todas as expedições estrangeiras que haviam passado por aqui dedicaram esforços nessa tarefa. A mesma época dos trabalhos da Comissão estava sendo organizada por Von Martius a *Flora Brasilienses*, um trabalho que objetivava classificar as plantas existentes no Brasil, delimitando seus nomes científicos, características e possíveis usos medicinais e industriais. Os trabalhos dos cientistas brasileiros no Ceará deveriam dar a devida importância que a flora possuía.

Freire Alemão tinha ciência que muito trabalho deixava por ser feito no Ceará, assim como reconhecia a importância de tais estudos e a necessidade de apoio para esses empreendimentos. Mas muitos foram os infortúnios que enfrentou ao longo das viagens pelo interior cearense. O cotidiano era marcado por perigos, como a travessia de rios, a perda de equipamentos, tempestades, escassez de alimentos, tanto para os cavalos como para os naturalistas, falta de dinheiro, água de má qualidade, a perturbação dos insetos, que infernizavam as viagens, segundo ele um dos maiores tormentos encontrados no sertão. As anotações de Freire Alemão não servem apenas como notícias dos infortúnios que sofria pela presença constante dos insetos, mas também como informação acerca das condições climáticas e produtivas dos lugares e das condições de asseio e higiene com que se deparava pelo interior. Natureza e cultura imbricadas a tal ponto de não podermos identificar qual das duas determinava as características das outras.

De acordo com o presidente da Comissão, a natureza cearense tinha muito a oferecer cientificamente e economicamente. Em muitos casos, era a forma como o povo

¹⁶ Idem, Ibid.

aproveitava seus recursos naturais que precisava ser transformada. O uso prático e cultural que o povo fazia da natureza era ignorado, menosprezado, mas também elogiado, a atenção e interpretação que daria dependia de como esse uso estava ou não alinhado com os objetivos da expedição, para quem a relação com a natureza deveria ser sempre oportunizadora de ganhos materiais e/ou científicos, para tanto os habitantes da região precisavam ser direcionados a partir dos conhecimentos dos porta-vozes da Ciência, a detentora dos meios civilizados para a dominação da natureza a serviço do homem. Essa ciência brasileira enfrentava o desafio de implementar uma política de estabelecimento e divulgação de informações confiáveis sobre a natureza que servisse para incrementar o controle do Estado e a utilização que se faria dela.

Freire Alemão assumiu no Ceará a postura de naturalista viajante, que vivenciava as experiências nas terras cearenses com intensidade e compromisso profissional. Em concordância com Mauad,

Para o viajante, a impressão causada pelo olhar é a que fica, fornecendo o estatuto de verdade ao relato. O fato de ter estado presente, ter sido a testemunha ocular de um evento ou de um hábito cotidiano qualquer, garante à sua narrativa o teor de incontestável. O ideal de uma mente livre isenta de preconceitos escondia diferentes chaves de leitura para uma mesma realidade. Esta seria composta, em primeiro lugar, por uma paisagem plena de atributos de oposição ao lugar de origem dos viajantes e, em segundo, por interesses próprios aos objetivos de cada viagem.¹⁷

O olhar desse naturalista sob o Ceará estava marcado pelos ideais de conformação do Brasil na lógica da cultura ocidental, elaborados pelos agentes culturais da época em sintonia com o projeto do Estado imperial. “O ideal de cultura que os cercava valorizava a imagem de uma natureza de riqueza exuberante, de costumes bizarros, de heterogeneidade, de mistério e distância a nós atribuída pelo outro que nos fixa a vista a partir da perspectiva iluminista.”¹⁸

Em concordância com Rios, “A vinda da Comissão Científica decretava a definitiva integração da província do Ceará ao projeto de constituição da História da

¹⁷ MAUAD, Ana Maria. **Entre retratos e paisagens**: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. Revista Studium, nº 15. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>. Acesso em 12/12/2010.

¹⁸ Idem.

nação brasileira.”¹⁹ Afinal, o Ceará, entre outras províncias do norte, fazia parte do Império desconhecido. A corte foi ao interior. O Brasil “civilizado” descobriu e ajudou a construir o Brasil “pitoresco.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 3). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato - Rio de Janeiro, 1859 / 1860 – volume II** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 4). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: 24 de agosto de 1860 a 24 de julho de 1861 – volta do Rio de Janeiro para o Ceará até o retorno definitivo ao Rio de Janeiro**. Parte transcrita do original – 176pp

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004 (Coleção Clássicos Cearenses).

CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. **Um sábio cientista visita o sertão: o Ceará e a Comissão Científica de Exploração no Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza, 2009. Monografia de Graduação em História.

DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão – catálogo e transcrição**. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961.

DIAS, A. Gonçalves. **Proêmio; Parte Histórica**. In: *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 13, nº 2, p. 271-292, abr.-jun. 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, RJ nº 1, 1988.

¹⁹ RIOS, Kênia Sousa. **Apresentação: A Comissão Científica e a seca do Ceará**. In: *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.11. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 2)

KURY, Lorelai. **A Comissão Científica de Exploração (1859-1861)**. A Ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro: Accesses, 2001b, p. 55-76.

LOPES, Maria Margareth. **O local musealizado em nacional** – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 77-96.

MAUAD, Ana Maria. **Entre retratos e paisagens**: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. Revista Studium, nº15. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>> Acesso em 12/12/2010.

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t.19, 1856, p.10-12 / 114-116 (suplemento).

REVEL, Jacques. **Dois variações acerca do popular**. In: A invenção da sociedade. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 1990.

RIOS, Kênia Sousa. **Apresentação**: A Comissão Científica e a seca do Ceará. In: A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Ceará, 2006. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 2)

Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tip. Universal Laemmert, 1862.